PROLEC GE BRASIL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ 33.401.635/0001-50

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma). *As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	31/12/25	31/12/24
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	146.478	158.454
Contas a receber de clientes	5	6.685	37.686
Partes relacionadas	16	26.105	168.682
Estoques	6	435.879	215.484
Instrumentos financeiros derivativos AC	18	101.865	46.342
Impostos a recuperar	8	28.544	17.575
Outras contas a receber		8.483	16.758
Ativos de contrato	7	12.641	106.267
Total do Ativo Circulante		**766.680**	**767.248**
Não Circulante			
IR e contribuição social diferidos		23.672	112.522
Instrumentos financeiros derivativos ALP		57.503	10.797
Imobilizado	8	60.723	54.122
Intangível	9	2.216	2.603
Direito de uso	10	3.150	5.045
	11		
Total do Ativo Não Circulante		**147.264**	**185.089**
Total do Ativo		**913.944**	**952.337**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/25	31/12/24
Circulante			
Fornecedores	14	122.096	117.134
Partes relacionadas passivo	18	10.688	14.440
Adiantamentos de Clientes	7	327.751	403.537
Instrumentos financeiros derivativos PC	17	22.805	108.275
Provisões	18	44.161	47.856
Salários, provisões e encargos sociais		32.190	28.221
Impostos a pagar		8.834	21.097
Arrendamentos a Pagar	13	4.040	3.418
Total do Passivo Circulante		**572.565**	**743.978**
Não Circulante			
Provisões LP	18	54.013	7.577
Arrendamentos a Pagar	13	1.454	5.216
Instrumentos financeiros derivativos LP	17	11.660	109.375
Benefícios e empregados	19	6.378	6.924
Total do Passivo Não Circulante		**73.505**	**129.092**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		195.666	195.666
Reserva de capital		3.580	3.580
Ajustes de Avaliação Patrimonial		52.293	(134.210)
Reserva de Lucro		16.335	14.231
Total Patrimônio Líquido		**267.874**	**79.267**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**913.944**	**952.337**

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/25	31/12/24
Receita operacional líquida	20	883.574	839.637
Custo dos produtos e serviços prestados	21	(728.891)	(648.414)
Lucro Bruto		**154.683**	**191.223**
Despesas gerais e administrativas	21	(120.640)	(82.546)
Despesas com vendas	21	(21.038)	(9.941)
Outras receitas operacionais		3.045	2.603
		(138.633)	**(89.884)**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**16.050**	**101.339**
Receitas financeiras	22	35.618	63.297
Despesas financeiras	22	(33.515)	(5.826)
Resultado Financeiro, Líquido		**2.103**	**57.471**
Lucro antes do IR e contribuição social		18.153	158.810
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente		(24.425)	(36.770)
Diferido		8.376	55.595
Lucro Líquido do Exercício		**2.104**	**177.635**

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	31/12/25	31/12/24
Lucro líquido do exercício	2.104	177.635
Instrumentos financeiros derivativos	282.559	(192.895)
Remensuração de Passivo Atuarial	1.170	(5.115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(97.226)	56.928
Total do resultado abrangente	**188.607**	**36.553**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa das Ativ. Operacionais	Nota	31/12/25	31/12/24
Lucro líquido do exercício		2.104	177.635
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10 e 11	7.202	5.329
Resultado na baixa de ativo imobilizado	10	957	3.988
Depreciação por direito de uso	12	2.296	2.117
Juros sobre arrendamento	13	850	1.262
Reajuste sobre arrendamento	13	-	711
Constituição (reversão) de previsão para créditos de liquidação duvidosa	5	(615)	13.067
Constituição (reversão) de provisão para perdas nos estoques	6	199	(1.471)
Provisão para garantias	18	18.181	10.912
Provisão para contratos onerosos	18	(42)	(76)
Provisão para riscos	18	32.602	3.903
Provisão ICMS	8	11.331	-
Provisão de Multas contratuais	18	(8.001)	9.284
Instrumentos financeiros derivativos	18	(2.854)	(26.673)
Benefícios a empregados	19	624	(21)
Imposto diferido	23	(8.376)	(55.595)
		56.458	**144.372**
Variações nos ativos e passivos operacionais (Aumento) / Diminuição dos ativos:			
Contas a Rec. de Clientes e Partes Relac.		174.194	(29.345)
Impostos a Recuperar		(22.300)	(3.739)
Ativos de Contrato		93.626	11.082
Outras contas a receber		(29.221)	(7.994)
Estoques		(183.097)	(61.036)
Aumento / (Diminuição) dos passivos:			
Fornecedores e partes relacionadas		1.209	31.651
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Adiantamentos de clientes		(75.786)	64.184
Salários, provisões e encargos sociais		3.969	4.825
Impostos a Pagar		18.761	32.733
IR e CS pagos		(31.023)	(16.465)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**6.790**	**170.268**
Fluxo de caixa de ativ. de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	9 e 10	(14.374)	(18.721)
Fluxo de caixa líq. aplic. nas ativ. de invest.		**(14.374)**	**(18.721)**
Fluxo de caixa de ativ. de financiamento			
Pagamento de Mutuo		-	(15.851)
Pagamento de empréstimos		-	(17.643)
Pagamento de juros empréstimos e mútuo		-	(711)
Pagamento de Arrendamento	13	(4.392)	(4.272)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) ativ. de financiamento		**(4.392)**	**(38.477)**
Red. líq. em caixa e equivalentes de caixa		**(11.976)**	**113.070**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício		158.454	45.384
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício		146.478	158.454

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros Retidos	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**195.666**	**-**	**-**	**3.580**	**(163.404)**	**6.872**	**42.714**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	177.635	-	177.635
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	(138.321)	(138.321)
Remensuração de passivo atuarial, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	(2.761)	(2.761)
Reserva legal	-	712	-	-	(712)	-	-
Reserva de lucros detidos	-	-	13.519	-	(13.519)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**195.666**	**712**	**13.519**	**3.580**	**-**	**(134.210)**	**79.267**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.104	-	2.104
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	185.333	185.333
Remensuração de passivo atuarial, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	1.170	1.170
Reserva legal	-	105	-	-	(105)	-	-
Reserva de lucros detidos	-	-	1.999	-	(1.999)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**195.666**	**817**	**15.518**	**3.580**	**-**	**52.293**	**267.874**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Prolec GE Brasil Transmissão de Energia S.A. ("Prolec GE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada na Av. Guilherme Schell, 11500 Industrial no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. Suas acionistas são a Internacional Prolec S.A. de C.V., sociedade organizada de acordo com as leis do México, com sede na Carlos Salinas de Gortari, km 9,25, Nuevo Leon, Monterrey, México, e a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda., com sede na Avenida Embaixador Macedo Soares, 10.001 - Prédio 41, Sala 500, Vila Anastácio, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O objeto social da Companhia consiste nas seguintes atividades: (a) a importação, exportação e fabricação de aparelhos e equipamentos para a transmissão, distribuição e controle de energia; (b) a prestação de serviços relacionados à instalação de máquinas industriais, de equipamentos de transmissão e distribuição de energia e de sistemas elétricos. A Companhia foi constituída em 18 de abril de 2019 e iniciou sua atividade operacional em maio de 2020. Em 2025, a Companhia manteve a trajetória de fortalecimento de sua estrutura financeira, apresentando lucratividade e crescimento das vendas, refletindo a expansão das operações e aumento do volume de fornecimento. Em 2025, a empresa permaneceu com a maior parte de suas vendas voltadas para o mercado americano, através da sua parte relacionada GE Prolec INC. A visibilidade futura é de que permaneça o mesmo cenário para os próximos 5 anos. Com base nas projeções de crescimento operacional contidas em seu plano de negócios, a Administração entende que a Companhia dispõe de recursos suficientes para dar continuidade regular às suas operações no futuro próximo, não havendo, portanto, incertezas significativas quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Dessa forma, a Administração adotou a base contábil de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade com relação aos pronunciamentos do CPC: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de março 2026. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram apresentadas em reais - moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Em que pese os melhores esforços da Administração definição de tais critérios, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para redução ao valor recuperável, perda de créditos esperada (nota explicativa nº 5), perda estimada nos estoques (nota explicativa nº 6), provisão para garantias, contratos onerosos, multas contratuais e riscos trabalhistas (nota explicativa nº 19). e) Novos pronunciamentos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025, os quais não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações aos Pronunciamentos Técnicos (CPCs) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para período que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. Alterações ao pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulado Falta de Conversibilidade. OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão ("*allowance*") e Crédito de Descarbonização (CBIO). f) Pronunciamentos Técnicos novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Entidade não adotou os Pronunciamentos Técnicos (CPCs) novos e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: • Alterações aos pronunciamentos técnicos CPC 40 (R1) e CPC 48 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. • Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e norma internacional IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras. • Alterações aos pronunciamentos técnicos CPC 40 (R1) e CPC 48 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir: (CPC 51) - Apresentação e divulgações nas Demonstrações Financeiras. O CPC 51 substitui CPC 26 (R1), transportando diversas das exigências no CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 e CPC 40 (R1). O CPC, também implementou pequenas alterações no CPC 03 (R2) e CPC 41- Lucro por Ação. O CPC 51 introduziu novas exigências para: • Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado. • Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras. • Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Companhia deve aplicar o CPC 51 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 41, bem como ao CPC 23 e CPC 40 (R1) revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar o CPC 51. O CPC 51 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro.

3. Políticas Contábeis Materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. b) Reconhecimento de receita: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, sendo geralmente quando o cliente recebe o produto ou o serviço é prestado. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: • Quando as partes do contrato aprovam o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. • Quando a Empresa pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • Quando a Empresa pode identificar os termos de pagamento para os bens a serem transferidos. • Quando o contrato possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Empresa se modifiquem como resultado do contrato). • Quando é provável que a Empresa receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconhecia suas receitas e custos de vendas ao longo do tempo mensurando o progresso em relação à satisfação completa das obrigações de performance contratuais. Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, considerando a possibilidade legal de exigir o pagamento pelo cliente ou pela entrega do produto ao cliente (transferência de controle), e mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Não há uso alternativo para os ativos vendidos. Os valores relacionados a ativos de contratos correspondem aos saldos de receitas reconhecidas à medida que a Companhia conclui a obrigação de desempenho prometido ao cliente. Qualquer valor anteriormente reconhecido como ativo de contrato é reclassificado para contas a receber de clientes quando esse valor é faturado ao cliente, em linha com uma série de marcos relacionados ao desempenho dos contratos. Valores cobrados para marcos de desempenho anteriores ao marco de reconhecimento de receita são contabilizados como adiantamentos de clientes. A classificação entre ativos e passivos é realizada por contrato/projeto. Valores cobrados para marcos de desempenho anteriores ao marco de reconhecimento de receita são contabilizados como adiantamentos de clientes. A classificação entre ativos e passivos é realizada por contrato/projeto. c) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de Juros. • Despesa de Juros. • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. • Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. d) Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma companhia sujeita à tributação. e) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. f) Contas a receber de clientes e outras: As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. A provisão para perda de créditos esperada é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. g) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor razoável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos de mão de obra e gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. As provisões para estoques obsoletos ou para realização são avaliadas a cada data do balanço patrimonial e constituídas em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques. Importações em andamento e materiais em trânsito são registrados ao custo de compra identificado, não excedendo o valor realizável líquido. h) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") quando aplicado. O imobilizado está líquido de créditos recuperáveis de PIS, COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ativos com vida útil definida são avaliados somente quando houver indicativos. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Quando partes significativas de um item imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação dos itens do ativo imobilizado diretamente empregado na produção é reconhecida como custo. Por sua vez, os itens do ativo imobilizado que não forem usados diretamente na produção terão suas depreciações contabilizadas como despesa. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada dois encerramentos de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. i) Direito de uso: Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. j) Arrendamentos a pagar: Dos contratos que foram escopo da norma, a Companhia considerou como componente de arrendamento o valor de aluguel fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento correspondente ao total dos pagamentos futuros dos aluguéis fixos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto, assim como os encargos financeiros, de acordo com prazo remanescente dos contratos. A Companhia optou pelo expediente prático de utilizar uma taxa de desconto de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Neste sentido, a taxa utilizada foi de 11,60% a.a. k) Benefícios a empregados: Benefícios de Curto Prazo a Empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar este montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Bonificação Variável: A Companhia mantém um plano de bonificação variável a seus empregados calculado com base no atendimento de metas individuais e de desempenho. Ao final do exercício são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados que serão feitos pela Companhia, seguindo a política aprovada pela diretoria com a validação do Grupo Xignux. Planos de Contribuição Definida: A Companhia patrocina o plano de aposentadoria, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A, que tem como finalidade básica a concessão de benefícios complementares aos benefícios pagos pelo regime geral da Previdência Social. Os benefícios oferecidos são de aposentadoria normal do tipo "Contribuição Definida". Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados. Planos de Benefício Definido - Plano de Saúde: A Companhia oferece programa de assistência à saúde médica, que se enquadra nas premissas para classificação como benefício pós-emprego, e tem como objetivo proporcionar assistência médica, de forma subsidiada, aos seus beneficiários. A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano, quando aplicável. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário independente utilizando o método de crédito unitário projetado. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. l) Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração: Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado; (2) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; (3) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (4) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (5) passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de "*hedge*" designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado: Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "*impairment*" são reconhecidos diretamente no resultado. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos financeiros são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os juros pagos sobre passivos financeiros foram classificados consistentemente como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa visto representarem custos de obtenção de recursos financeiros. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo por meio do resultado. "*Hedges*" de fluxos de caixa: Para os derivativos designados como um instrumento de hedge em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a variação cambial associada a transações de exportações e importações e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos ("*hedge*") afetam o resultado financeiro na demonstração de resultados. Caso o instrumento de "*hedge*" não mais atenda aos critérios de contabilização de "*hedge*", expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de "*hedge*" é descontinuada prospectivamente. Se ainda se espera que ocorram os fluxos de caixa futuros protegidos, os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio. A nota explicativa nº 18 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. m) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. n) Provisões: Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Garantias: Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades. A provisão de garantia cobre os custos de substituições e modificações realizadas para corrigir defeitos do produto e atingir níveis de desempenho garantidos dentro do período de garantia definido para clientes externos e internos; pode incluir mão de obra, viagens e custos de vida, reparo, teste e qualquer outro custo necessário para remediar de acordo com os termos e condições da garantia contratual. Contratos Onerosos: As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Passivos Contingentes: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetuou análise das demandas judiciais pendentes, e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com

continua >>>